

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Telecomunicações S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Telecomunicações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfases

Investimento controlado em conjunto

Chamamos a atenção para o fato de que o investimento controlado em conjunto Ativas Data Center S.A. tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 31 de dezembro de 2014 apresentou capital circulante líquido negativo e passivo a descoberto. Nessa data, a Ativas Data Center S.A., depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 24 de março de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG


Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>NOTA</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.712	8.691
Títulos e valores mobiliários - Aplicação Financeira	8	8.639	17.928
Contas a receber de clientes	9	18.744	21.090
Tributos a recuperar	10	2.135	4.167
Despesas antecipadas		72	180
Outros créditos		236	129
Total do ativo circulante		34.538	52.185
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	9	1.297	4.664
Títulos e valores mobiliários - Aplicação Financeira	8	66	1.554
Bancos conta-garantia		4.118	5.187
Tributos a recuperar	10	2.808	2.526
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	21.213	21.345
Outros		888	121
Total do realizável a longo prazo		30.390	35.397
Investimento	12	-	4.397
Imobilizado	13	254.968	231.571
Intangível	14	7.804	3.533
Total do ativo não circulante		293.162	274.898
TOTAL DO ATIVO		327.700	327.083

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>NOTA</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CIRCULANTE			
Empréstimos e debêntures	15	27.831	7.961
Fornecedores	16	13.578	18.977
Obrigações sociais e trabalhistas	17	2.875	2.624
Obrigações fiscais	18	7.987	9.225
Adiantamentos de clientes	19	460	444
Total do passivo circulante		52.731	39.231
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e debêntures	15	16.355	24.205
Adiantamentos de clientes	19	5.560	5.747
Provisões para contingências	20	313	313
Passivo a descoberto de controlada	12	28.982	19.187
Obrigações sociais e trabalhistas	17	695	615
Total do passivo não circulante		51.905	50.067
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	225.081	225.081
Ajuste de avaliação patrimonial	27	248	158
Reservas de lucros	22	-	12.546
Prejuízos acumulados	22	(2.265)	-
Total do patrimônio líquido		223.064	237.785
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		327.700	327.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	NOTA	31/12/2014	31/12/2013
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	23	117.768	113.411
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	<u>(70.587)</u>	<u>(64.382)</u>
LUCRO BRUTO		47.181	49.029
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
Despesas gerais e administrativas	24	(22.643)	(21.528)
Despesas com vendas e marketing	24	(65)	(130)
Outras receitas operacionais		754	328
Outras despesas operacionais	24	<u>(5.005)</u>	<u>(672)</u>
Total		<u>(26.959)</u>	<u>(22.002)</u>
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		20.222	27.027
Receitas financeiras	25	4.847	6.430
Despesas financeiras	25	(3.410)	(3.910)
Resultado de equivalência patrimonial	12 e 24	<u>(29.795)</u>	<u>(19.507)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.136)	10.040
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(6.590)	(4.396)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(85)	(1.465)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(14.811)</u>	<u>4.179</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO - LOTE DE MIL		<u>381.023</u>	<u>381.023</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL		<u>(38,87)</u>	<u>10,97</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(14.811)	4.179
Outros resultados abrangentes:		
Ganhos e perdas atuariais, líquidos de impostos	<u>248</u>	<u>158</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(14.563)</u>	<u>4.337</u>
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A:		
Proprietários da Companhia	<u>(14.563)</u>	<u>4.337</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(14.563)</u>	<u>4.337</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais)

	NOTA	Reservas de lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
		Capital Social	Reserva legal				Reserva de retenção
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		225.081	7.840	14.727	-	-	247.648
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	158	-	158
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.179	4.179
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal		-	209	-	-	(209)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(11.284)	(11.284)
Dividendos extraordinários		-	-	(2.916)	-	-	(2.916)
Distribuição da reserva de retenção extemporânea		-	-	(7.314)	-	7.314	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		225.081	8.049	4.497	158	-	237.785
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	90	-	90
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(14.811)	(14.811)
Absorção do prejuízo do exercício	22	-	(8.049)	(4.497)	-	12.546	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		225.081	-	-	248	(2.265)	223.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em milhares de reais)

	NOTA	31/12/2014	31/12/2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	22	(14.811)	4.179
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		77.787	59.944
Depreciação e amortização	13 e 14	34.312	30.783
Encargos financeiros sobre financiamentos	15	2.461	3.049
Reversão (constituição) de provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos	11	85	1.465
Custo dos bens do ativo imobilizado baixados	13	103	747
Constituição (reversão) de provisão para contingências	20	-	(20)
Créditos de liquidação duvidosa	9	44	17
Equivalência patrimonial	12	29.795	19.507
Provisão para <i>impairment</i> de investimento	12	4.397	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	6.590	4.396
Variação nos ativos e passivos		(7.771)	5.437
Redução (aumento) de ativos:			
Bancos conta garantia		1.069	(382)
Contas a receber de clientes		5.669	(4.106)
Tributos a recuperar		8.340	8.830
Outros ativos		(765)	(172)
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores e outras contas a pagar		(5.399)	10.141
Obrigações sociais e fiscais		(7.361)	(2.553)
Adiantamento de clientes		(171)	3.208
Outros passivos		(180)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.590)	(6.467)
Juros pagos	15	(2.383)	(3.062)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		55.205	69.560
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	13	(61.974)	(50.737)
Redução de títulos e valores mobiliários e aplicações		10.777	15.470
Aumento de capital de controlada	12	(20.000)	(9.800)
Aumento do intangível	14	(109)	(108)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(71.306)	(45.175)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o capital próprio		-	(11.284)
Dividendos intermediários		-	(2.916)
Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures emitidas	15	20.000	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(7.878)	(7.878)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		12.122	(22.078)
TOTAL DE INGRESSO (SAÍDA) DE RECURSOS		(3.979)	2.307
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA			
No início do período		8.691	6.384
No fim do período		4.712	8.691
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(3.979)	2.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais)

(Em milhares de reais)	31/12/2014	%	31/12/2013	%
1 - RECEITAS	210.608		194.614	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	146.710		144.280	
1.2) (Provisão) / reversão para devedores duvidosos	(44)		(17)	
1.3) Adições de imobilizado em andamento	56.170		44.597	
1.4) Outros	7.772		5.754	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	99.089		78.720	
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	18.637		15.809	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	75.735		62.601	
2.3) Perda / recuperação de valores ativos	4.397		-	
2.4) Outros	320		310	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	111.519		115.894	
4 - RETENÇÕES	34.312		30.783	
4.1) Depreciação e amortização	34.312		30.783	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	77.207		85.111	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(24.948)		(13.077)	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	(29.795)		(19.507)	
6.2) Receitas financeiras	4.847		6.430	
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	52.259		72.034	
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	52.259	100%	72.034	100%
8.1) Pessoal e encargos	18.671	36%	18.193	25%
8.1.1) Remuneração direta	13.300		13.495	
8.1.2) Benefícios	3.161		3.058	
8.1.3) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	835		819	
8.1.4) Outras	1.375		821	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	38.866	74%	39.942	55%
8.2.1) Federais	16.718		15.776	
8.2.2) Estaduais	22.148		24.166	
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	9.533	18%	9.720	13%
8.3.1) Juros	3.410		3.910	
8.3.2) Aluguéis	6.123		5.810	
8.4) Remuneração de capitais próprios	(14.811)	-28%	4.179	6%
8.4.1) Juros sobre o capital próprio e dividendos	-		11.284	
8.4.2) Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(14.811)		(7.105)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cemig Telecomunicações S.A. - CEMIGTelecom

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

(a) A Companhia

A Cemig Telecomunicações S.A. - CEMIGTelecom (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG, que oferece rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações, no Estado de Minas Gerais e outros Estados do Nordeste e Centro-Oeste, utilizando-se da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica das concessionárias de energia, principalmente a da CEMIG.

A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua dos Inconfidentes, 1.051 - Térreo - Funcionários - Belo Horizonte - MG. É autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL a explorar Serviços de Comunicação Multimídia - SCM, por prazo indeterminado, cuja outorga se deu através do ato 41.002 de 3 de dezembro de 2003.

A Companhia foi constituída em 13 de janeiro de 1999, com o propósito de prestar serviços na área de telecomunicações, através de sistema integrado constituído de cabos de fibra óptica, cabos coaxiais e equipamentos eletrônicos e associados, para transmissão, emissão e recepção de símbolos, caracteres, sinais escritos, imagens, sons e informações de qualquer natureza, bem como prestar serviços de telecomunicações no mercado de atacado, alugando circuitos especializados, prioritariamente para outras operadoras de telecomunicações, como operadoras de telefonia fixa, móvel, TV a cabo, *business carrier*, data center, banda larga, dentre outras.

O *core business* da Companhia é a prestação de serviços de telecomunicações no segmento de operadoras e o provimento de serviços especializados para o segmento corporativo, disponibilizando soluções de conectividade de redes e acesso à internet.

A CEMIGTelecom disponibiliza a maior rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações de Minas Gerais, com presença em mais de 70 cidades mineiras, que concentram aproximadamente 90% do PIB do estado. Adicionalmente, dentro de seu projeto de expansão, já disponibiliza serviços através de redes ópticas nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Goiânia e Fortaleza, além de possuir pontos de presença nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

(b) Investimento em controlada em conjunto

A Companhia possui empreendimento controlado em conjunto - “joint venture” na companhia Ativas Data Center S.A. (“Ativas”), com participação de 49% do capital social dessa empresa. A gestão e as principais deliberações sociais são compartilhadas com outro sócio investidor, conforme acordo de acionistas.

A Ativas tem por objetivo social a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física (*hosting e colocation*) de ambientes de tecnologia da informação, armazenamento de base de dados e *site-backup*, serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade, consultoria em TIC, conectividade com venda de acesso e banda internet. A construção do data center classificado na categoria “Tier III” (Uptime Institute), para atendimento a médias e grandes corporações foi concluída em janeiro de 2011.

Apesar da Ativas vir apurando sucessivos prejuízos contábeis, em conexão com a elaboração dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia entende que a continuidade operacional desta controlada em conjunto depende do aporte de recursos dos acionistas e da sua capacidade de continuar captando no mercado, até que suas operações gerem lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2015.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos, quando aplicável.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos emitidos pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 - valor justo de ativos e passivos.
- Nota 9 - perdas com créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente.
- Nota 11 - utilização de prejuízos fiscais.
- Nota 12 - reflexos do investimento em controlada em conjunto.
- Notas 13 e 14 - estimativas da vida útil e dos valores residuais dos bens do ativo imobilizado e do intangível.
- Nota 20 - provisões e contingências.
- Nota 26 - instrumentos financeiros.
- Nota 27 - mensuração de ativos e passivos atuariais de benefícios pós-emprego a empregados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas do Grupo.

(a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados - e o correspondente valor líquido apresentado no balanço patrimonial - somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

- Caixa e equivalentes de caixa:

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalente de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento:

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em

consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída em receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após esta data, as variações de seu valor justo são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras. Tais ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa relacionados ao ativo tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade.

- Recebíveis:

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimo, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital Social

Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. A integralidade do capital social da Companhia está representada por ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando declarados, em conformidade com o estatuto social, são reconhecidos como passivo.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Quando aplicável, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento

inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não operou com instrumentos derivativos.

(c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos, incluindo os de empréstimos sobre ativos qualificáveis, necessários à colocação do ativo no local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Ativos sobressalentes

Os materiais e equipamentos sobressalentes de determinados itens do imobilizado, cuja destinação provável é a substituição futura de bens em operação e para os quais se espera seu uso por mais de um exercício social, são classificados em estoque de sobressalentes, no ativo imobilizado, até a sua destinação final. Os bens novos adquiridos com essa finalidade somente são incorporados ao imobilizado em serviço no momento em que são requisitados. Os bens retirados do imobilizado em serviço por substituição são reintegrados ao estoque de sobressalentes e a sua depreciação é normalmente continuada, desde que seu reparo e reutilização sejam possíveis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de substituição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item quando for provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente substituído por outro é transferido para os estoques de sobressalentes ou baixado, conforme o caso. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos, os quais incluem o valor pago pelos serviços de desativação e reparo, assim como o custo de materiais e componentes necessários à substituição e recolocação do bem em estado de funcionamento.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as

suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa 13.

Quando é possível identificar um ou mais ativos associados a uma solução específica que visa ao atendimento de determinado contrato de prestação de serviços, suas vidas úteis passam a ser limitadas ao tempo estimado de vigência contratual.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(d) Ativos intangíveis

(i) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software adquiridas de terceiros são registradas no ativo intangível e mensuradas com base nos custos de aquisição e implantação, sendo amortizados pelo respectivo prazo de vida útil estimado.

O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é registrado como custo daquele equipamento e classificado no ativo imobilizado.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iii) Amortização

Amortização dos ativos intangíveis é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, excetuando-se o ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa 14.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado.

(e) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

- (i) Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento no nível individualizado. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perspectiva de perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

- (ii) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando-se o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas estimadas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(f) Benefícios a empregados

(i) Plano Misto de benefícios Previdenciário - Plano B

O plano é de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego no qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha, ou na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo, e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem e não são reclassificados para o resultado.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados - Pró Saúde Integrado e Plano Odontológico

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha ou, na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

(g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(h) Reconhecimento da receita

A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de aluguéis e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e de que o valor da receita operacional e os respectivos custos associados possam ser estimados e/ou mensurados de maneira confiável. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos e dos descontos incondicionais, bem como das eliminações de transações não realizadas entre partes relacionadas.

(i) Prestação de serviços

A Companhia considera como prestados os serviços que, por acordo comercial formal, resultem na obrigação irretroatável de entregar aos seus clientes os benefícios decorrentes das atividades operacionais exercidas pela Companhia, independentemente da sua forma de quitação.

Os serviços são prestados aos clientes de forma contínua pelo prazo pactuado no contrato. As receitas são reconhecidas no resultado com base no estágio de entrega ou disponibilidade dos serviços contratados.

a) Telecomunicações

O art. 60 da Lei Geral das Telecomunicações - LGT, Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, define serviço de telecomunicações como “o conjunto de atividades que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão ou recepção, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza”. Tais serviços dividem-se em diversas modalidades, sendo a Companhia autorizada pela ANATEL a prestar serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, de acordo com o Regulamento do SCM aprovado pela Resolução ANATEL n.º 272, de 09 de agosto de 2001. Os contratos de prestação de serviços são remunerados em bases fixas mensais, cujos valores são negociados em função, principalmente, da taxa de transmissão, da distância entre os pontos de interligação, da quantidade contratada e do prazo de fidelização, os quais variam geralmente entre 1 e 5 anos.

As receitas de telecomunicações compreendem o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações provenientes de solicitações adicionais, deduzidas das glosas e outros abatimentos decorrentes de incentivos baseados em volume de contratações. As receitas são reconhecidas na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

O valor atribuível da receita em relação ao estágio de entrega ou disponibilidade dos serviços de telecomunicações é mensurado, em bases mensais, na forma prevista nos contratos. Os serviços iniciados ou cancelados durante o curso do mês de referência são valorados na base *pro-rata-die*, na proporção da entrega ou colocação à disposição dos clientes.

(ii) Outras receitas

a) Aluguel de fibra apagada

Certos acordos comerciais preveem a utilização pelos clientes de parte das redes de fibras ópticas da Companhia, sem que, no entanto, sejam alocados nessas redes quaisquer equipamentos ou

serviços de sua propriedade ou responsabilidade. Em outras palavras, é a disponibilização da rede *in natura* sem qualquer equipamento ou inteligência associados. Esse tipo de prestação, semelhante a aluguel, é denominada “fibra apagada”, “fibra escura” ou ainda “*dark fiber*” e não se confunde com o serviço de telecomunicações, uma vez que não preenche os requisitos definidos na Lei Geral das Telecomunicações.

A receita de aluguel de fibra apagada é reconhecida no resultado pelo regime de competência no prazo do contrato.

b) Direito de passagem (sublocação de infraestrutura de transmissão e distribuição)

A Companhia possui contrato de “direito de passagem” nas linhas de transmissão e distribuição da Cemig, por cuja concessão paga mensalmente à concedente, através de participação na receita, uma espécie de *royalty* que varia em função da receita auferida pela Companhia. O mesmo acordo operacional confere à Companhia a possibilidade de sub-rogação desses direitos de passagem a terceiros, desde que haja expressa anuência da concedente. A receita de direito de passagem decorrente da sub-rogação de tais direitos é reconhecida pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Indenização pela rescisão antecipada de contrato

Os contratos de serviços de telecomunicações possuem cláusulas de proteção que garantem à Companhia o direito à indenização (penalidade a título de perdas e danos pré-fixados) em caso de resolução antecipada e unilateral do pacto pelos clientes, a fim de assegurar o retorno mínimo do investimento realizado pela Companhia no atendimento ao serviço contratado.

(i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de serviço de telecomunicações e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, encargos sobre debêntures e empréstimos. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

(j) Arrendamentos

Operacionais - Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como “arrendamentos operacionais”. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos pelo arrendatário no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo de contratação do arrendamento.

Financeiros - Os arrendamentos de bens do ativo imobilizado nos quais a Companhia detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como “arrendamentos financeiros”, cujos pagamentos mínimos são sistemática e separadamente alocados entre o passivo em aberto e os encargos financeiros a apropriar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens adquiridos na modalidade de arrendamento financeiro são classificados no ativo imobilizado e depreciado de acordo com a sua vida útil estimada.

Política de identificação e classificação de arrendamentos

No início de um contrato qualquer, define-se se o documento é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo especificado.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade

são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial ativo e passivo são reconhecidos por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são segregados entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto.

Os outros arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos operacionais e são reconhecidos como despesa na base da linha reta durante o prazo do arrendamento mercantil, exceto se outra base sistemática for mais representativa do padrão temporal do benefício.

(k) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- (i) Imposto de renda e contribuição social correntes - é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos - É o efeito decorrente da diferença de tratamento entre o resultado contábil e o lucro tributário apurado em cada período, os quais podem ter como origem na apuração de prejuízos fiscais compensáveis em períodos futuros ou no registro de transações contábeis que, por expressa previsão legal, tenham seus efeitos tributários (ativos ou passivos) suspensos ou postergados, também conhecidos como diferenças temporárias.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade e, tampouco, o lucro ou prejuízo tributável e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas, quando seja provável que elas não serão revertidas num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto de renda diferido ativo deixa de ser reconhecido nas demonstrações financeiras na medida em que for provável que, à luz das evidências existentes, os benefícios econômicos da dedutibilidade fiscal dos créditos que a ele deram origem, deixarão de ser aproveitados para abater os lucros tributários futuros ou, ainda, sua realização seja incerta ou indeterminada. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de cada levantamento de demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas são realizadas, baseando-se na legislação vigente na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados individualmente como ativos ou passivos “não

circulantes”, independentemente da existência de expectativa de realização ou reversão no exercício social seguinte e podem ser compensados entre si, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

(l) Resultado por ação

- **Básico** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.
- **Diluído** - O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33).

Face à inexistência de instrumentos financeiros que pudessem provocar a diluição do capital, não foram apuradas diferenças entre os lucros básicos e diluídos pela Companhia.

(m) Informação por segmento

Segmento operacional são unidades estratégicas de negócio que oferecem diferentes serviços, cujas operações são gerenciadas separadamente e requerem a aplicação de diferentes tecnologias e estratégias operacionais. Os segmentos operacionais reportáveis são definidos com base nos relatórios utilizados pela Administração para a tomada de decisões e acompanhamento dos negócios, os quais são frequentemente revistos pela Diretoria Executiva da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem somente um segmento operacional relevante. Assim sendo, considerou-se para fins de elaboração das presentes demonstrações financeiras o segmento operacional relacionado ao negócio de provimento de infraestrutura de telecomunicações.

(n) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

(o) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no momento em que são declarados. De acordo com o estatuto social da Companhia, a deliberação sobre o pagamento dos juros sobre o capital próprio intermediário compete ao Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado, mediante redução da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes.

(p) Pronunciamentos que entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014

Diversas normas emenda a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB que entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, sendo essas:

IFRIC 21 – (ICPC 19) "Tributos". A aplicação dessa norma não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 10(CPC36 – R3) , IFRS 12 (CPC45) e IAS 27 (CPC 35 – R2) - "Entidades de Investimentos". A aplicação dessa norma não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 32 (CPC 39)- "Instrumentos Financeiros". A aplicação dessa norma não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 36 (CPC 01 – R1) - "Divulgação sobre valor recuperável de ativos não financeiros. A aplicação dessa norma não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 39 (CPC 38) - "Instrumentos Financeiros: Novação de Derivativos e Continuação da Contabilização de Hedge. A aplicação dessa norma não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(q) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (i): Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes (ii): Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

IAS 19 - Benefícios a empregados: A entidade deve considerar contribuições de empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Essa alteração está em vigor para exercícios iniciados após 1º de julho de 2014.

IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos intangíveis (iii): A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (joint venture) (iii) - As alterações referem-se a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (joint venture).

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

(iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A Administração entende que a aplicação dessas alterações não terá efeitos significativos sobre os saldos reportados anteriormente.

4. Determinação do valor justo de ativos e passivos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos, financeiros e não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Derivativos

Quando aplicável, derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

5. Mudanças de práticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das presentes demonstrações financeiras estão consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais apresentadas em 31 de dezembro de 2013.

6. Segmentos operacionais

A Companhia atua apenas no segmento de provimento de infraestrutura de telecomunicações.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Caixa e depósitos bancários	3.874	1.570
Fundos de renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	292	3.261
Operações compromissadas (b)	-	3.701
Letras Financeiras do Tesouro (c)	335	-
Outros	<u>211</u>	<u>159</u>
Total	<u><u>4.712</u></u>	<u><u>8.691</u></u>

- (a) Certificados de depósito bancário pós-fixados, remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 100,5% a 114%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.
- (b) Debêntures pós-fixadas, remuneradas a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 101,5% a 115%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.
- (c) Letras financeiras do tesouro pós-fixadas, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic, a taxa de juros básica da economia. Sua remuneração é dada pela variação da taxa Selic diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra.

8. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a: (i) títulos de renda fixa e estão representados por cotas de fundos administrados por instituições financeiras que cumprem com os requisitos de idoneidade e solidez estabelecidos pelo Grupo Controlador; e (ii) investimentos em títulos e certificados de depósitos bancário - CDB com prazos de vencimentos superiores a 90 dias, cujos montantes apresentados no ativo circulante consideram a expectativa de realização no curto prazo.

Títulos de renda fixa	31/12/14	31/12/13
Circulante		
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	5.136	2.924
Fundos de renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	887	2.556
Operações compromissadas (b)	393	2.888
Letras Financeiras do Tesouro (c)	-	640
Letras Financeiras - Bancos (d)	2.174	8.513
Outros	49	407
Subtotal	8.639	17.928
Não Circulante		
Fundos de renda fixa		
Letras Financeiras - Bancos (d)	65	1.544
Outros	1	10
Subtotal	66	1.554
Total	8.705	19.482

- (a) Certificados de depósito bancário pós-fixados, remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 100,5% a 114%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.
- (b) Debêntures pós-fixadas, remuneradas a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 101,5% a 115%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.
- (c) Letras financeiras do tesouro pós-fixadas, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic, a taxa de juros básica da economia. Sua remuneração é dada pela variação da taxa Selic diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra.
- (d) Letras financeiras (Bancos) pós-fixadas, remuneradas a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 105% a 117%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.

9. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Partes relacionadas (nota 21)	3.514	5.643
Terceiros	17.791	21.334
Créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>(1.264)</u>	<u>(1.223)</u>
Total	<u>20.041</u>	<u>25.754</u>
Circulante	<u>18.744</u>	<u>21.090</u>
Não circulante	<u>1.297</u>	<u>4.664</u>

A seguir apresentamos o resumo das contas a receber vencidas por idade de vencimento:

Contas a receber - vencidas	<u>31/12/14</u>			<u>31/12/13</u>
	<u>Partes relacionadas</u>	<u>Terceiros</u>	<u>Total</u>	
De 1 a 30 dias	883	2.201	3.084	3.279
De 31 a 60 dias	882	130	1.012	258
De 61 a 90 dias	26	57	83	49
De 91 a 180 dias	-	55	55	301
Acima de 181 dias	14	1.577	1.591	4.948
Total	<u>1.805</u>	<u>4.020</u>	<u>5.825</u>	<u>8.835</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>-</u>	<u>(1.264)</u>	<u>(1.264)</u>	<u>(1.223)</u>
Percentual das perdas reconhecidas sobre as contas a receber vencidas		31%	22%	14%

(a) A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa é registrada após avaliação individual dos títulos. Os que apresentam dúvidas quanto a sua realização, têm suas perdas reconhecidas na demonstração do resultado no montante em que se espera incorrer.

A movimentação da estimativa de perdas nas contas a receber, pode ser assim demonstrada:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldos em 1º de janeiro	(1.223)	(2.216)
Baixa permanente de provisão	3	1.010
Constituições	<u>(44)</u>	<u>(17)</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>(1.264)</u>	<u>(1.223)</u>

10. Tributos a recuperar

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	4.346	4.049
Imposto de renda e contribuição social antecipados	-	2.071
Imposto de renda e contribuição social a compensar	335	113
Imposto de Renda Retido na Fonte	250	450
Outros	<u>12</u>	<u>10</u>
Total	<u>4.943</u>	<u>6.693</u>
Circulante	<u>2.135</u>	<u>4.167</u>
Não circulante	<u>2.808</u>	<u>2.526</u>

(a) Refere-se, basicamente, a créditos a recuperar de ICMS destacados nas notas fiscais de aquisições de bens do ativo imobilizado, os quais são aproveitados em 48 meses a partir da sua escrituração no livro CIAP.

11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos, referem-se a ativo fiscal diferido constituído, principalmente, sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social apurados até a data do balanço. O registro do imposto de renda diferido relativo a crédito tributário oriundo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social teve como base o estudo técnico de viabilidade elaborado pela Diretoria e aprovado pelos Conselhos Fiscal e de Administração da Companhia em 24 de março de 2014, em conformidade com o disposto na Deliberação 273/98 e Instrução 371/02 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As premissas utilizadas na elaboração do estudo técnico de viabilidade foram baseadas na projeção de lucros tributáveis futuros, que devem ser suficientes ao esgotamento dos créditos fiscais, considerando o plano de negócios da Companhia e as perspectivas do cenário macroeconômico. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções, anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, o estudo técnico de viabilidade deve ser revisto durante o exercício pela Companhia.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973/14, que converteu a Medida Provisória 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Após análise dos possíveis impactos que poderiam advir da aplicação desta norma tributária, a Administração da Companhia decidiu pela não adoção antecipada dos efeitos dessa mudança na legislação, conforme facultado pela citada Medida Provisória. A Administração da Companhia entende que a Lei 12.973/14 não deverá resultar em ajustes relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	16.624	19.547
Créditos de liquidação duvidosa	23	18
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	111	111
Depreciação - Lei 11.941/09	2.697	1.434
Perda atuarial registrada em outros resultados abrangentes	(128)	(82)
Outras adições temporárias	<u>1.886</u>	<u>317</u>
Total	<u>21.213</u>	<u>21.345</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Acumulado do exercício	
	31/12/14	31/12/13
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(8.136)	10.040
Juros sobre Capital Próprio	-	(11.284)
Resultado de Equivalência Patrimonial	29.795	19.507
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social ajustados	21.659	18.263
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(7.364)	(6.209)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Deduções por incentivos fiscais	332	204
Outras adições e exclusões, líquidas	357	144
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(6.675)	(5.861)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(6.590)	(4.396)
Diferido	(85)	(1.465)
Total	(6.675)	(5.861)

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos e taxas e contribuições estão também sujeitas a essas condições, conforme legislação aplicável.

A movimentação do ativo fiscal diferido no exercício de 2014 pode ser assim demonstrada:

	SalDOS em 31/12/13	Acumulado do exercício		SalDOS em 31/12/14
		Constituição	Utilização	
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	19.547	-	(2.923)	16.624
Créditos de liquidação duvidosa	18	5	-	23
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	111	-	-	111
Depreciação - Lei 11.941/09	1.434	1.263	-	2.697
Perda atuarial registrada em outros resultados abrangentes	(82)	(46)	-	(128)
Provisão para <i>impairment</i> de investimento	-	1.495	-	1.495
Outras diferenças temporárias	317	74	-	391
Total do crédito tributário reconhecido	21.345	2.791	(2.923)	21.213

12. Investimento em controlada em conjunto

A Companhia é detentora de 49% (quarenta e nove por cento) do capital votante da empresa Ativas Data Center S.A. Os sócios possuem acordo de acionistas que garante à CEMIGTelecom poder de veto nas principais deliberações sociais da sociedade, sendo-lhe conferida, inclusive, a indicação de um Diretor executivo e mais 2/5 (dois quintos) dos assentos no Conselho de Administração.

A Ativas, até a finalização da fase de construção de seu data center, ocorrida em janeiro de 2011, manteve-se em situação inicial e provisória de operações, tendo acumulado, até 31 de dezembro de 2014, prejuízos líquidos contábeis de R\$192.763 (R\$131.957 até 31/12/13), desde a sua constituição em 2009.

A Ativas vem realizando diversas ações visando à readequação de sua estrutura organizacional e societária, com o objetivo de corrigir, quando necessário, o curso de seus negócios, adequando-se também às melhores práticas de mercado utilizadas pela concorrência. As projeções de resultado apontadas no plano de negócio da Ativas indicam o auferimento de resultados operacionais (lucro antes do imposto de renda) positivos a partir de 2018.

As principais informações sobre essa controlada em conjunto estão apresentadas abaixo em valores integrais, alinhando as práticas contábeis da Ativas às da CEMIGTelecom:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Ativo	221.918	221.136
Passivo	281.064	260.293
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	(59.146)	(39.157)
Receita Líquida	47.662	65.214
Prejuízo Líquido do Exercício	(60.806)	(39.810)

A movimentação do investimento no capital da Ativas nos exercícios de 2013 e 2014 foi como segue:

<u>01/01/13</u>	<u>Movimentação em 2013</u>		<u>31/12/13</u>	<u>Movimentação em 2014</u>		<u>31/12/14</u>
	<u>Aumento de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>		<u>Aumento de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	
<u>(9.480)</u>	<u>9.800</u>	<u>(19.507)</u>	<u>(19.187)</u>	<u>20.000</u>	<u>(29.795)</u>	<u>(28.982)</u>

O valor do investimento em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 pode ser assim demonstrado:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Patrimônio líquido da investida conforme demonstração financeira emitida	8.009	5.040
Registro de provisão para imposto de renda diferido ativo	(67.157)	(44.197)
Patrimônio líquido da investida ajustado	(59.146)	(39.157)
Percentual de participação (%)	<u>49,00%</u>	<u>49,00%</u>
Investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial	(28.982)	(19.187)
Ágio pago na subscrição	4.397	4.397
Provisão para <i>impairment</i> do ágio	<u>(4.397)</u>	<u>-</u>
Saldo do investimento	<u>-</u>	<u>4.397</u>
Saldo do passivo a descoberto	<u>(28.982)</u>	<u>(19.187)</u>
Perda de equivalência patrimonial	<u>(29.795)</u>	<u>(19.507)</u>

A composição acionária da Ativas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

Acionista	<u>31/12/14</u>		<u>31/12/13</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação acionária</u>
Ativas Participações S.A.	68.144.324	51,00%	47.327.997	51,00%
Cemig Telecomunicações S.A.	65.472.000	49,00%	45.472.000	49,00%
Outros	3	-	3	-
Total	<u>133.616.327</u>	<u>100,00%</u>	<u>92.800.000</u>	<u>100,00%</u>

Garantia de aporte pelos acionistas

Com vistas a viabilizar a captação de recursos no mercado financeiro pela controlada em conjunto (Ativas), os acionistas dessa Companhia celebraram em 19 de julho de 2012 termo de compromisso junto à instituição financeira, no qual se obrigam a aportar recursos na sociedade investida sempre que verificada condição de falta de cobertura de fluxos de caixa.

Provisão para *impairment* do ágio

A Companhia reconheceu no segundo trimestre de 2014 provisão para *impairment* do ágio do investimento na controlada em conjunto (Ativas), no montante R\$4.397, em atendimento às disposições do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal provisão ocorreu em virtude dos baixos índices de performance dessa controlada em relação aos seus resultados operacionais e fluxos de caixas previstos.

Covenants

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não atingiu os índices financeiros anuais (*covenants*) estabelecidos na Escritura de Emissão, os quais poderão provocar o vencimento antecipado total das Debêntures no montante de R\$95.322, R\$89.754 classificado no passivo não circulante e R\$5.568 no passivo circulante. Em 12 de março de 2015, a Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures Da 1ª Emissão da Ativas Data Center S.A. aprovou a não declaração do vencimento antecipado da Escritura de Emissão, não obstante o descumprimento da Cláusula 7.1., item 'bb' do referido instrumento (quebra de *covenant*). Referida aprovação está vinculada exclusivamente à quebra de *covenant* disposta na Cláusula 7.1., item 'bb', da Escritura de Emissão, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2014, sendo nesta data ratificado o *waiver* já acordado entre a Emissora e os Debenturistas em dezembro de 2014.

13. Imobilizado

	31/12/14		31/12/13	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Terrenos	82	-	82	82
Imóveis	55	(14)	41	42
Instalações	152	(35)	117	107
Máquinas e equipamentos	2	-	2	1
Móveis e utensílios	1.451	(922)	529	571
Computadores e periféricos	1.836	(1.541)	295	417
Instrumentos de Teste	2.882	(2.541)	341	434
Benfeitorias	246	(187)	59	54
Sistema de recepção de Satélites	9.283	(9.141)	142	428
Equipamentos de redes de telecomunicações	312.984	(226.469)	86.515	82.507
Materiais	56.807	(32.106)	24.701	24.909
Cabos	173.673	(63.200)	110.473	79.489
Infraestrutura de rede	19.156	(10.552)	8.604	9.515
Imobilizado em andamento	23.067	-	23.067	33.015
Total líquido	<u>601.676</u>	<u>(346.708)</u>	<u>254.968</u>	<u>231.571</u>

As taxas de depreciação e as vidas úteis remanescentes foram determinadas através de laudos técnicos emitidos por engenheiros da Companhia e refletem a expectativa de vida útil dos bens, estando demonstradas como segue:

Taxas de depreciação e vidas úteis dos ativos:

<u>Classe de ativos</u>	<u>Percentual médio depreciado até 31/12/14</u>	<u>Vida útil média remanescente (anos)</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>
Imóveis	25%	37,5	2%
Instalações	23%	7,7	10%
Máquinas e equipamentos	0%	10,0	10%
Móveis e utensílios	63%	3,7	10%
Computadores e periféricos	84%	0,8	20%
Instrumentos de teste	88%	1,2	10%
Infraestrutura de rede	55%	8,2	3 a 10%
Benfeitorias	76%	1,2	20%
Sistema de recepção de satélites	98%	0,3	8%
Equipamentos de redes de telecomunicações	72%	2,8	10%
Materiais	57%	6,1	7%
Cabos	36%	12,8	5%

A movimentação do ativo imobilizado em 2014 pode ser assim demonstrada:

	<u>Acumulado do exercício</u>				<u>31/12/14</u>
	<u>31/12/13</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	
Terrenos	82	-	-	-	82
Imóveis	55	-	-	-	55
Instalações	128	24	-	-	152
Móveis e utensílios	1.415	36	-	-	1.451
Máquinas e equipamentos	1	1	-	-	2
Computadores e periféricos	1.829	6	-	1	1.836
Instrumentos de teste	2.882	-	-	-	2.882
Benfeitorias	216	30	-	-	246
Sistemas de recepção de satélites	9.283	-	-	-	9.283
Equipamentos de redes de telecomunicações	288.572	5	(53)	24.460	312.984
Materiais	53.118	-	(14)	3.703	56.807
Cabos	135.387	-	(74)	38.360	173.673
Infraestrutura de rede	19.110	-	-	46	19.156
Imobilizado em andamento	33.015	61.872 (*)	-	(71.820)	23.067
Total do custo	545.093	61.974	(141)	(5.250)	601.676
Depreciação acumulada	(313.522)	(33.224)	38	-	(346.708)
Valor líquido depreciável	231.571	28.750	(103)	(5.250) (**)	254.968

(*) Referem-se a gastos relacionados a projetos em andamento para ampliação das redes de telecomunicações.

(**) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota 14).

A Companhia realiza periodicamente avaliações da vida útil aplicada em seus ativos com vida útil definida. Os trabalhos de avaliação das vidas úteis dos ativos são conduzidos pelos profissionais do corpo técnico de engenharia da empresa, os quais consideram, dentre outros aspectos, os seguintes principais indicativos para formação de seu juízo: (i) informações técnicas relacionadas à utilização e manutenção dos ativos, (ii) perspectivas de mudanças tecnológicas e de mercado, (iii) a capacidade da Companhia em obter no mercado serviços e peças de reposição para os bens e (iv) a possibilidade de realização de upgrades nos equipamentos e softwares relacionados, bem como da capacidade de sua combinação com tecnologias futuras.

Para fins fiscais, foram mantidas as vidas úteis dos bens e a diferença entre a base contábil e fiscal são tratadas como diferenças temporárias, cujos reflexos são reconhecidos como crédito ou débito fiscal diferido no período em que tais diferenças ocorrem.

14. Intangível

	31/12/13	Acumulado do exercício		31/12/14
		Adições	Transferências	
Licença de uso de software	1.020	109	-	1.129
Outorga de concessão de rádio	-	-	230	230
Sistemas de gestão	4.248	-	5.020	9.268
Total do Custo	5.268	109	5.250	10.627
Amortização acumulada	(1.735)	(1.088)	-	(2.823)
Valor líquido amortizável	3.533	(979)	5.250 (*)	7.804

(*) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota 13).

Taxas de amortização e vidas úteis:

As taxas anuais de amortização praticadas para o exercício de 2014 foram como segue:

Classe de ativo	Vida útil estimada (anos)	Percentual médio amortizado até 31/12/14	Vida útil média remanescente (anos)	Taxas anuais de amortização
Licença de uso de software	5 anos	78%	1,1	20%
Outorga de concessão de rádio	15 anos	6%	14,1	6,7%
Sistema de gestão	10 anos	21%	7,9	10%

15. Empréstimos e debêntures

	31/12/14	31/12/13
Debêntures	24.294	32.166
Notas promissórias	19.892	-
Total	44.186	32.166
Circulante	27.831	7.961
Não Circulante	16.355	24.205

(a) Debêntures

Estão representadas por títulos de emissão privada, não conversíveis, subscritos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações S.A. - BNDESPAR no valor de R\$47.483, tendo sido eleito como interveniente e Agente Repassador dos recursos, o Banco Bradesco S.A.

A captação se deu mediante subscrição de debêntures simples, não conversíveis em ações, visando compor a estrutura de *funding* dos seguintes projetos em andamento:

- Projeto Sistema Integrado Multisserviços - SIM;
- Projeto Expansão da Rede de Transporte; e
- Demais projetos, dentre os quais se destacam GPON, Expansão da Rede HFC, Expansão Internet e Sistema da Informação e Gestão.

Como garantia da operação, a Companhia vincula parte de suas receitas, as quais passaram a ser depositadas exclusivamente em Conta Centralizadora, sob gestão do Agente Repassador, que promove a administração dessas garantias.

A administração das garantias pelo Agente Repassador consiste no acolhimento da arrecadação de receitas na Conta Centralizadora, transitória de recursos, com imediato repasse à Conta Reserva, sempre que for verificada existência de recursos inferiores à soma das seis próximas parcelas de amortização de todas as séries de debêntures emitidas ou, ainda, à Conta Retenção, em caso de descumprimento contratual pela Companhia. O valor excedente transitado na conta centralizadora que não estiver sujeito à transferência às contas de Reserva ou de Retenção fica automaticamente livre para movimentação.

Foram emitidas ao todo pela Companhia 47.483 debêntures divididas em 6 séries, todas nominativas, simples, com garantia flutuante e valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na data da emissão, conforme abaixo:

Séries Debêntures	Data de emissão	Vencimento final	Quant.	Valor Unitário	Valor Monetário	TJLP + Custo Fin.		Remuneração		Custo Total
						TJLP	Custo Fin.	BNDES	de Risco	
Primeira Série	15/01/2010	15/01/2018	23.405	1.000	23.405	5,00%	1,00%	1,80%	0,82%	8,62%
Segunda Série	15/01/2010	15/01/2018	8.616	1.000	8.616	5,00%	1,00%	2,50%	0,82%	9,32%
Terceira Série	15/06/2010	15/01/2018	3.259	1.000	3.259	5,00%	-	1,00%	0,72%	6,72%
Quarta Série	15/06/2010	15/01/2018	7.085	1.000	7.085	5,00%	1,00%	1,80%	0,82%	8,62%
Quinta Série	15/06/2010	15/01/2018	2.912	1.000	2.912	5,00%	1,00%	2,50%	0,82%	9,32%
Sexta Série	15/06/2010	15/01/2018	2.206	1.000	2.206	5,00%	-	0,90%	0,82%	6,72%
Total			47.483		47.483					

O resgate das debêntures ocorrerá em até 73 meses, contados a partir do término do prazo de carência, estabelecido em 15 de dezembro de 2011. O serviço da dívida foi pago trimestralmente durante a fase de carência e mensalmente, após iniciado o prazo de amortização da dívida.

Além das garantias ofertadas, foram pactuados outros compromissos no contrato (*covenants*), os quais poderão provocar, em caso de descumprimento de certas cláusulas pela Companhia, o bloqueio de recursos na Conta Retenção, o vencimento antecipado do contrato e a execução das garantias. Tais obrigações resumem-se, principalmente, na manutenção, desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final, de pelo menos três dos quatro índices financeiros a seguir, os quais deverão ser atingidos ao final de cada semestre civil, ou seja, 30 de junho e 31 de dezembro:

- LAJIDA/ Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,30;
- Margem LAJIDA (LAJIDA/ROL): igual ou superior a 0,40;
- Índice de Capitalização (PL/AT): igual ou superior a 0,35;
- Dívida Financeira Total/ LAJIDA: igual ou inferior a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia atendeu a três dos índices financeiros (*covenants*), conforme permitido pelo contrato de emissão de debêntures, que requer a manutenção de pelo menos três dos quatro índices financeiros no período compreendido desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final.

A amortização das debêntures será como segue:

Debêntures - BNDES	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Total</u>
1ª Série	3.945	3.901	3.901	325	12.072
2ª Série	1.454	1.436	1.436	119	4.445
3ª Série	541	536	536	43	1.656
4ª Série	1.178	1.165	1.165	96	3.604
5ª Série	485	479	479	39	1.482
6ª Série	366	363	363	29	1.121
Subtotal	7.969	7.880	7.880	651	24.380
Custos de Captação	(28)	(28)	(28)	(2)	(86)
Total	7.941	7.852	7.852	649	24.294

A movimentação do financiamento na modalidade BNDES - Debêntures no exercício foi como segue:

Debêntures	<u>31/12/13</u>	<u>Acumulado do exercício</u>			<u>31/12/14</u>
		<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Encargos apropriados</u>	
BNDES					
1ª Série	15.985	(1.186)	(3.900)	1.173	12.072
2ª Série	5.885	(471)	(1.436)	467	4.445
3ª Série	2.193	(128)	(536)	127	1.656
4ª Série	4.772	(354)	(1.164)	350	3.604
5ª Série	1.962	(157)	(479)	156	1.482
6ª Série	1.484	(87)	(363)	87	1.121
Subtotal	32.281	(2.383)	(7.878)	2.360	24.380
Custos de captação	(115)	-	-	29	(86)
Total	32.166	(2.383)	(7.878)	2.389	24.294

(b) Notas promissórias

A Companhia realizou a primeira emissão de notas promissórias comerciais, garantida por aval da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 476, de 16/01/2009, por meio da qual foram emitidas 40 (quarenta) notas promissórias, no valor total de R\$20.000. A amortização se dará em parcela única, na data de vencimento, qual seja, 14/12/2015. Os juros remuneratórios serão calculados à taxa de 110,40% do CDI. Os recursos oriundos da captação por meio da emissão foram destinados à realização de investimentos na controlada Ativas.

A movimentação do empréstimo na modalidade ITAÚ - Notas Promissórias no exercício foi como segue:

	<u>31/12/13</u>	<u>Acumulado do exercício</u>		<u>31/12/14</u>
		<u>Captações</u>	<u>Encargos apropriados</u>	
Série Única	-	20.000	67	20.067
Custos de captação	-	(180)	5	(175)
Total	-	19.820	72	19.892

16. Fornecedores

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Terceiros	7.234	9.362
Partes relacionadas (nota 21)	<u>6.344</u>	<u>9.615</u>
Subtotal	<u>13.578</u>	<u>18.977</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e contas a pagar é divulgada na nota explicativa 26.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Férias, salários e encargos a pagar	2.142	1.894
Participação dos empregados nos resultados	676	621
Benefícios de longo prazo a empregados (nota 27)	695	615
Outras	<u>57</u>	<u>109</u>
Total	<u>3.570</u>	<u>3.239</u>
Circulante	<u>2.875</u>	<u>2.624</u>
Não Circulante	<u>695</u>	<u>615</u>

18. Obrigações fiscais

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Imposto de Renda Retido na fonte - IRRF	417	332
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	299	1.446
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	384	401
Programa de Integração Social - PIS	83	87
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	96	89
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL (*)	6.283	6.318
Outras	<u>425</u>	<u>552</u>
Total	<u>7.987</u>	<u>9.225</u>

(*) Em abril de 2014, a Companhia ingressou com pedido de parcelamento ordinário junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional dos débitos com o FUNTTEL relativos ao exercício de 2005, para pagamento em 60 parcelas mensais e consecutivas. Com a conversão da Medida Provisória 638/14 na Lei 12.996/14, e consequente reabertura do parcelamento decorrente das Leis 11.941/09 e 12.249/10, a Companhia renunciou ao citado parcelamento ordinário e incluiu os débitos nesse programa de refinanciamento. Essa decisão, que incluiu a opção pelo pagamento do débito à vista, possibilitou uma redução da ordem de 38% do montante total dessa dívida, fruto da anistia parcial de juros e multa prevista na Lei e, consequentemente, a Companhia registrou um estorno de provisão de R\$202 no segundo trimestre de 2014.

Diante da impossibilidade técnica de incluir administrativamente os demais débitos com o FUNTTEL dos anos de 2006 a 2013 no REFIS, face à sua não inscrição na dívida ativa, a Companhia resolveu impetrar mandado de segurança judicial contra o ato da autoridade coatora, objetivando a inclusão forçada desses débitos no citado programa de refinanciamento de dívidas, porém a liminar foi negada e o processo, atualmente, aguarda sentença. Em caso de julgamento favorável à Companhia, haverá uma redução no

valor total da dívida na ordem de 16%, além da possibilidade de utilização de créditos tributários e do pagamento no prazo de até 180 meses. O pagamento integral do débito ou o eventual estorno parcial da provisão atualmente constituída estão condicionados à ocorrência do trânsito em julgado da ação.

Os débitos incorridos a partir de 2014 vêm sendo regularmente recolhidos.

19. Adiantamentos de clientes

Contrato	Celebração do contrato	Prazo do contrato	Valor contratado	31/12/2014		31/12/2013	
				Receita acumulada a		Receita acumulada	
				apropriada	apropriar	apropriada	a apropriar
1 par de fibras ópticas por 181 km	08/08/2011	10 anos	2.187	711	1.476	492	1.695
1 par de fibras ópticas por 46 km	12/10/2012	20 anos	925	92	833	46	879
1 par de fibras ópticas por 231 km	12/04/2013	20 anos	3.822	200	3.622	-	3.491
Outros	-	-	515	426	89	389	126
Total			7.449	1.429	6.020	927	6.191

	31/12/14	31/12/13
Circulante	460	444
Não Circulante	5.560	5.747
Total	6.020	6.191

Os contratos atrelados aos adiantamentos de clientes possuem como objeto a cessão onerosa de caráter irrevogável e irretratável de pares de fibra óptica apagada, não incluindo a cessão de quaisquer equipamentos ou a prestação de serviços de telecomunicações.

Os contratos possuem prazo de duração médio de 17 anos e não contêm cláusulas sobre renovação ou opção de venda dos ativos. A receita, vinculada a estes contratos, reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 502 (R\$ 283 em 2013).

20. Provisões para riscos

	31/12/14	31/12/13
Outras ações cíveis	313	313
Total	313	313

Classificação das contingências em relação à expectativa de perda

	Expectativa de perda			Total
	Remoto	Possível	Provável	
Tributário	80	-	-	80 (*)
Trabalhista	-	574	-	574 (**)
Outras ações cíveis	31	29	313	373
Subtotal	111	603	313	1.027

(*) Os processos tributários estão representados, substancialmente, por demandas fiscais de responsabilidade de fornecedores, terceiros envolvidos, os quais garantem tanto o patrocínio da causa, quanto assumem todo o ônus decorrente da eventual perda da ação.

(**) A Companhia figura no polo passivo de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, onde se discute a legalidade da terceirização de serviços, cuja mão-de-obra empregada estaria supostamente relacionada à atividade-fim da Companhia. A CEMIGTelecom foi condenada em primeira instância ao pagamento de multa no valor de R\$200, além da proibição de continuar empregando mão-de-obra terceirizada nessas atividades. Em 2014, a Companhia obteve liminar no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, que suspende os efeitos da sentença de primeiro grau até o julgamento da repercussão geral sobre o tema, que hora tramita no Supremo Tribunal Federal. Os advogados da Companhia consideram o prognóstico de perda como possível e, em caso de eventual condenação, a Companhia poderá ser compelida a realizar a primarização de parte ou da totalidade dessas atividades

21. Transações com partes relacionadas

A Cemig Telecomunicações S.A - CEMIGTelecom é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A - CEMIG, que por sua vez, tem como principais acionistas o Governo do Estado de Minas Gerais (51%) e Andrade Gutierrez Concessões Energia (33%). Na descendente, além da CEMIGTelecom, o Grupo Controlador, CEMIG, possui participação nas seguintes principais empresas: Cemig Geração e Transmissão S.A. (100%), Cemig Distribuição S.A. (100%), Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais S.A. - Gasmig (95,2%), Rosal Energia (100%), Sá Carvalho (100%) e Light S.A. (26,6%).

A Companhia considera como partes relacionadas, além de sua controlada em conjunto, o acionista controlador e suas respectivas pessoas ligadas, as sociedades ou pessoas que, direta ou indiretamente possuem influência significativa na Administração da Companhia, as entidades de previdência complementar (Forluz) e administradora de plano de saúde e odontológico (Cemig Saúde), onde a Companhia é co-patrocinadora juntamente com as demais empresas do Grupo Cemig e os administradores e empregados da Companhia.

Transações ativas (vendas) - As principais transações comerciais ativas mantidas pela Companhia com partes relacionadas referem-se à comercialização de circuitos e de outros serviços de telecomunicações em geral, onde as empresas do Grupo Controlador, CEMIG, respondem atualmente por 13% (12% em 2013) do faturamento da Companhia.

Transações Passivas (compras) - As principais transações passivas da Companhia realizadas com partes relacionadas referem-se ao fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos de telecomunicações, prestação de serviços de gerenciamento e manutenção da rede de telecomunicações e aluguel pelo compartilhamento da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia para instalação de cabos e equipamentos de telecomunicações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de negócios realizados em condições e prazos pactuados entre as partes para os respectivos tipos de operações.

Saldos em 31 de dezembro de 2014

	31/12/14		Acumulado do exercício	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<u>Companhia Energética de Minas Gerais S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	26	-	237	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	148	354	781	1.231
Outros	3	-	-	-
Subtotal	177	354	1.018	1.231
Serviços contratados a faturar	-	372	-	-
Total	177	726	1.018	1.231
<u>Cemig Distribuição S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	2.359	-	11.908	-
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	3.602
Serviços de manutenção da rede	-	1	-	1.838
Compartilhamento de infraestrutura	-	4.345	-	3.967
Outros	38	-	-	-
Subtotal	2.397	4.346	11.908	9.407
Serviços contratados a faturar	-	441	-	-
Total	2.397	4.787	11.908	9.407
<u>Cemig Geração e Transmissão S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	715	-	3.533	-
Serviços de manutenção da rede	-	-	-	202
Outros	22	-	-	-
Subtotal	737	-	3.533	202
Serviços contratados a faturar	-	16	-	-
Total	737	16	3.533	202
<u>Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ</u>				
Serviços de Comunicação	8	-	96	-
Previdência Privada	-	670	-	3.801
Total	8	670	96	3.801
<u>Cemig Saúde</u>				
Serviços de Comunicação	2	-	49	-
Assistência Médica e odontológica	-	145	-	863
Total	2	145	49	863
<u>Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig</u>				
Serviços de Comunicação	13	-	164	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	5	-	-	-
Total	18	-	164	-
<u>Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais</u>				
<u>Circulante</u>				
Serviços de Comunicação	-	-	60	-
Tributos compensáveis - ICMS	1.538	297	(22.103)	-
<u>Não Circulante</u>				
Tributos compensáveis - ICMS	2.808	-	-	-
Total	4.346	297	(22.043)	-
<u>Ativas Data Center S.A.</u>				

Serviços de Comunicação	146	-	2.041	-
Serviço de Outsourcing de Data Center	-	-	-	84
Reembolso de custos com pessoal cedido	29	-	405	-
Total	175	-	2.446	84
Total em 31/12/14	7.860	6.641	(2.829)	15.588

Saldos em 31 de dezembro de 2013

	31/12/13		Acumulado do exercício	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.				
Serviços de Comunicação	26	-	310	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	14.200
Reembolso de custos com pessoal cedido	149	919	703	2.364
Outros	3	-	-	-
Subtotal	178	919	1.013	16.564
Serviços contratados a faturar	-	564	-	354
Total	178	1.483	1.013	16.918

Cemig Distribuição S.A.

Serviços de Comunicação	3.743	-	11.440	-
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	3.523
Serviços de manutenção da rede	-	1	-	993
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	-	54	-
Compartilhamento de infraestrutura	-	6.377	-	3.591
Outros	624	-	-	-
Subtotal	4.367	6.378	11.494	8.107
Serviços contratados a faturar	-	1.458	-	1.458
Total	4.367	7.836	11.494	9.565

Cemig Geração e Transmissão S.A.

Serviços de Comunicação	716	-	3.437	-
Serviços de manutenção da rede	-	-	-	109
Outros	113	-	-	-
Subtotal	829	-	3.437	109
Serviços contratados a faturar	-	78	-	78
Total	829	78	3.437	187

Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ

Serviços de Comunicação	8	-	87	-
Previdência Privada	-	141	-	2.062
Total	8	141	87	2.062

Cemig Saúde

Serviços de Comunicação	4	-	49	-
Assistência Médica e odontológica	-	77	-	911
Total	4	77	49	911

Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig

Serviços de Comunicação	13	-	147	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	5	-	-	-
Total	18	-	147	-

Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais

Circulante

Serviços de Comunicação	6	-	81	-
Tributos compensáveis - ICMS	1.060	1.446	(24.163)	-
Não Circulante				
Tributos compensáveis - ICMS	2.988	-	-	-
Total	4.054	1.446	(24.082)	-

Ativas Data Center S/A

Serviços de Comunicação	204	-	2.320	-
Serviço de Outsourcing de Data Center	-	-	-	100
Reembolso de custos com pessoal cedido	29	-	278	41
Total	233	-	2.598	141

Total em 31/12/13

9.691	11.061	(5.257)	29.784
--------------	---------------	----------------	---------------

Fundo de renda fixa - Pampulha - O Grupo Cemig possui aplicações no Fundo Pampulha (vide composição abaixo) que, por sua vez, possui aplicações em notas promissórias e debêntures de empresas do Grupo Cemig.

Fundo Pampulha	Período de vigência	Condições contratuais	Ativo correspondente a participação da CEMIGTelecom	
			31/12/2014	31/12/2013
Aplicações em fundo de investimento por parte da Cemig Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Axxion (Debêntures)	abr/2013 a jan/2016	109,0% do CDI	32	174
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	jan/2014 a dez/2016	CDI + 0,8% a.a.	145	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	abr/2013 a fev/2017	CDI + 0,7% a.a.	31	112
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (NP)	jun/2014 a jun/2015	106,9% do CDI	62	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIGTelecom (NP)	dez/2014 a dez/2015	110,4% do CDI	14	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da Cemig Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Guanhões (Debêntures)	abr/2013 a abr/2014	106,0% do CDI	-	767
Aplicações em fundo de investimento por parte da Cemig Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Guanhões (NP)	out/2013 a abr/2014	108,0% do CDI	-	558

O rendimento do Fundo Pampulha, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$1.981 (R\$3.157 em 2013).

Remuneração de Administradores - A Companhia pagou durante o ano de 2014, a título de remuneração e demais benefícios a Administradores a importância de R\$1.615 (R\$1.192 em 2013), como segue:

Cargo	Remuneração		Benefícios		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Diretores	1.139	774	117	99	1.256	873
Conselheiros	<u>359</u>	<u>319</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>359</u>	<u>319</u>
Total	<u>1.498</u>	<u>1.093</u>	<u>117</u>	<u>99</u>	<u>1.615</u>	<u>1.192</u>

Em 29 de abril de 2014, a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia fixou, a partir do exercício de 2014, limite global anual de R\$3.419 (R\$3.250 para o exercício de 2013) a título de remuneração de Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Previdência Complementar e demais benefícios a empregados - Conforme nota explicativa 27, a Companhia é co-patrocinadora da entidade fechada de previdência complementar - Forluz e da Cemig Saúde, responsável pela administração dos planos de assistência médica e odontológica aos empregados, sendo que as contribuições realizadas pela Companhia foram como segue:

PLANO	2014		2013	
	Forluz	Cemig Saúde	Forluz	Cemig Saúde
Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B	2.493	-	2.245	-
Plano Pró-Saúde Integrado - PSI	-	964	-	931
Plano Odontológico - POD	-	<u>43</u>	-	<u>43</u>
Total	<u>2.493</u>	<u>1.007</u>	<u>2.245</u>	<u>974</u>

Adicionalmente, além dos benefícios previstos em Lei, a Companhia concedeu também aos seus empregados auxílio-creche, seguro de vida em grupo, tíquete restaurante/alimentação e vale-cultura.

Participação dos empregados nos Resultados - O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos empregados, a título de participação nos resultados, um montante anual como forma de incentivar os empregados a alcançarem os melhores resultados, cujos indicadores e metas são periodicamente estabelecidos em negociação coletiva de trabalho. No ano de 2014 foram pagos R\$873 (R\$988 em 2013) a título de produtividade, estando prevista participação complementar sobre os resultados de 2014 no valor de R\$605 (R\$570 em 2013), a serem pagos a cada empregado, correspondente a 0,9 (zero vírgula nove) salários, condicionado ao cumprimento das metas estabelecidas em acordo coletivo.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está representado por 381.023.385 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Ações	Valor	Participação %
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	381.023.384	225.081	100%
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>381.023.385</u>	<u>225.081</u>	<u>100%</u>

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

(c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em decorrência da apuração de prejuízo do exercício em montante superior ao saldo acumulado da reserva de retenção, foi utilizado o saldo da reserva legal para compensação de parte do prejuízo líquido remanescente, na forma do art. 189 da Lei nº 6.404/76.

(d) Reserva de retenção de lucros

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia nos próximos exercícios.

Em atendimento ao disposto no art. 189 da Lei nº 6.404/76, o saldo da reserva de retenção acumulado até 31 de dezembro de 2013 foi integralmente utilizado para absorção do prejuízo do exercício.

(e) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do resultado básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:		
Lucro (prejuízo) do exercício	(14.811)	4.179
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares de ações)	<u>381.023</u>	<u>381.023</u>
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (milhares de ações)	<u>(38,87)</u>	<u>10,97</u>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

23. Receita líquida

	<u>Acumulado do exercício</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Circuitos dedicados	81.509	78.204
Transporte de sinais	43.937	45.694
Serviços integrados	15.143	14.823
Outras	<u>6.121</u>	<u>5.559</u>
Receita bruta	<u>146.710</u>	<u>144.280</u>
Impostos, devoluções, ajuste a valor presente e abatimentos	<u>(28.942)</u>	<u>(30.869)</u>
Receita líquida	<u>117.768</u>	<u>113.411</u>

24. Custos e despesas

Classificação por natureza

	Acumulado do exercício					
	2014			2013		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Infraestrutura de rede	(18.478)	-	(18.478)	(15.482)	-	(15.482)
Energia Elétrica	(3.646)	(136)	(3.782)	(3.212)	(108)	(3.320)
Depreciação e amortização	(32.993)	(1.319)	(34.312)	(30.155)	(628)	(30.783)
Serviço de manutenção e reparo e licenças de software comercializadas	(15.470)	(1.911)	(17.381)	(15.533)	(1.665)	(17.198)
Pessoal (*)	-	(14.712)	(14.712)	-	(15.768)	(15.768)
Serviços de terceiros	-	(2.624)	(2.624)	-	(1.578)	(1.578)
Imóveis locados	-	(1.963)	(1.963)	-	(1.891)	(1.891)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(29.795)	(29.795)	-	(19.507)	(19.507)
Outros	-	(5.048)	(5.048)	-	(692)	(692)
Total	<u>(70.587)</u>	<u>(57.508)</u>	<u>(128.095)</u>	<u>(64.382)</u>	<u>(41.837)</u>	<u>(106.219)</u>

(*) Gastos com pessoal alocado em projetos de construção da rede de telecomunicações foram registrados no ativo imobilizado e totalizaram, no exercício de 2014, R\$7.018 (R\$5.426 em 2013).

Classificação por função

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo dos serviços prestados	(70.587)	(64.382)
Despesas com vendas	(65)	(130)
Despesas gerais e administrativas	(22.643)	(21.528)
Resultado de equivalência patrimonial	(29.795)	(19.507)
Outras despesas	(5.005)	(672)
Total	<u>(128.095)</u>	<u>(106.219)</u>

25. Receitas e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

Receitas Financeiras

	Acumulado do exercício	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	2.873	3.945
Juros ativos	905	1.157
Outras receitas financeiras	<u>1.069</u>	<u>1.328</u>
Total	<u>4.847</u>	<u>6.430</u>

Despesas financeiras

	<u>Acumulado do exercício</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Juros passivos	(2.554)	(3.450)
Outras despesas financeiras	<u>(856)</u>	<u>(460)</u>
Total	<u>(3.410)</u>	<u>(3.910)</u>

26. Instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco de liquidez

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de Gerenciamento de Riscos aplicadas pela Companhia e sua controlada em conjunto estão subordinadas as do Grupo Cemig, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia como um todo.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A carteira de clientes é composta, principalmente, por grandes operadoras de telefonia fixa e móvel e de TV a cabo e internet banda larga, além da própria controladora, o que reduz significativamente o risco de perdas no recebimento de créditos. O principal instrumento que assegura a minimização desse risco é o direito da Companhia em interromper o fornecimento do sinal em caso de descumprimento contratual, dentre eles a falta de pagamento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera o segmento de mercado onde os clientes operam, uma vez que este fator pode influenciar no risco de crédito, sobretudo em razão da sensibilidade do setor de telecomunicações às circunstâncias econômicas do país. A concentração máxima da receita da

Companhia atribuível a um único cliente é de aproximadamente 28%.

Mais de 70% dos clientes ativos têm operado com a Companhia há mais de cinco anos, com um nível de perdas inexpressível. Isto se explica em decorrência do fato de que a política estabelecida pela Companhia prevê o monitoramento constante da inadimplência, onde são aplicadas penalidades contratuais em caso de atraso de pagamento podendo até, em ato extremo, culminar na descontinuidade dos serviços aos clientes.

Em decorrência das circunstâncias econômicas, sobretudo nos anos de 2009, 2010 e 2011, certas contas a receber de clientes tiveram seus saldos renegociados. Tais casos foram individualmente analisados pela Diretoria Executiva, a qual autorizou a celebração do acordo de parcelamento, com taxas de juros e condições que atendam aos interesses das partes.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A sensibilidade e a expectativa de perdas relacionadas a riscos significativos individuais são os únicos parâmetros considerados nessa análise. Isto ocorre porque os negócios da Companhia estão voltados, substancialmente, para o mercado de atendimento às grandes operadoras de telecomunicações e ao mercado corporativo e, por esse motivo, as perdas históricas e as análises globais, geográficas ou setoriais não costumam fornecer uma base razoável para estimar as perdas com as contas a receber. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2014 provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.264 (R\$1.223 em 2013), representativa de 6% (5% em 2013) do saldo total de contas a receber em aberto e de 22% (14% em 2013) das contas a receber vencidas.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, vigora no Grupo Cemig, desde 2004, uma Política de Aplicação Financeira, por meio da qual cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da Economia Brasileira.

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco que coloca a Companhia exposta às alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e de juros, o qual pode ter um impacto financeiro significativo na Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter sob controle as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

- Risco de moeda

A Companhia não está sujeita ao risco de moeda nos saldos de fornecedores e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não havia saldos significativos em moeda estrangeira.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros decorre da emissão de títulos mobiliários não conversíveis. Estes passivos, quando atrelados às taxas de juros variáveis, expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Já passivos vinculados a taxas de juros fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia avalia permanentemente sua exposição ao risco de taxas de juros. São simulados diversos cenários, levando-se em consideração as alternativas de refinanciamento, renovação de posições existentes e a aquisição de novos financiamentos e *hedges* alternativos.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros, com impacto nas debêntures e notas

promissórias de sua própria emissão, captados principalmente em moeda nacional, com taxas de juros flutuantes atreladas, principalmente, em índices referenciados na taxa básica de juros da economia brasileira, no montante de R\$44.186 (nota 15).

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, em um cenário provável, a taxa CDI próxima de 12,75%, a TJLP em 6,50%. A Administração da Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta nestes indicadores em relação ao cenário provável. Como parte das definições dessa análise, considerou-se a variação esperada na taxa CDI como similar à variação da taxa SELIC.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração. A tabela abaixo inclui os valores de principal e juros.

Valor Contábil	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)							
	Base		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
	12,25%	5,50%	12,75%	6,50%	15,94%	8,13%	19,13%	9,75%
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa								
- Fundos de renda fixa	838	941	-	945	-	972	-	998
Títulos e valores mobiliários								
- Aplicações financeiras	8.705	9.771	-	9.815	-	10.093	-	10.370
Passivos								
Debêntures	(24.294)	-	(25.630)	-	(25.873)	-	(26.269)	-
Notas promissórias	(19.892)	(22.329)	-	(22.428)	-	(23.063)	-	(23.697)
Exposição líquida ativa (passiva)								
	(11.617)	(25.630)	(11.668)	(25.873)	(11.998)	(26.269)	(12.329)	(26.663)

- Risco de preço

A Companhia atua em um segmento de negócios onde os preços são livremente pactuados, sendo, portanto, dispensável a manutenção de políticas de mitigação de riscos dessa natureza.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 estão, em sua maioria, registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se, nesta categoria, as aplicações financeiras as quais espera-se manter até o vencimento. Estas são avaliadas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: encontram-se, nesta categoria, os títulos de fundos de renda fixa mantidos para negociação. Estes são avaliados pelo valor justo através do resultado, conforme nível 2.
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, os saldos a receber de clientes. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- Debêntures e Notas promissórias: são mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Fornecedores: são os saldos a pagar a fornecedores e são reconhecidos pelo valor nominal de liquidação e similares aos valores justos.

O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia opera com uma margem de lucratividade que lhe confere um fluxo de caixa operacional positivo. Tipicamente a Companhia mantém disponibilidade financeira imediata que lhe garante o cumprimento de compromissos de pelo menos 60 dias de operação, incluindo as obrigações financeiras e os investimentos. Fatos com impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais ou crises econômicas de grandes dimensões, não são levados em consideração nessa análise.

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R\$18.193 (R\$12.954 positivo em 31 de dezembro de 2013). Esta situação transitória é decorrente de uma captação específica de recursos de curto prazo, visando à realização de aporte de capital na controlada em conjunto (Ativas). A Administração acredita que a Companhia possui capacidade de geração operacional de caixa satisfatória e reúne condições adequadas para cumprir com as obrigações de curto prazo e continuar a fazer os investimentos necessários à manutenção dos projetos em andamento.

A controlada em conjunto, Ativas, em fase inicial de operações, depende do aporte de recursos dos sócios e da obtenção de empréstimos e financiamentos no mercado para dar prosseguimento à maturação e expansão de seus negócios.

Conforme descrito na nota explicativa 15, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia atendeu a três dos quatro índices financeiros (*covenants*), conforme permitido pelo contrato de emissão de debêntures, que requer a

manutenção de pelo menos três dos quatro índices financeiros no período compreendido desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final.

A Companhia considera um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade dos negócios, os quais são aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 90 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada em operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

Passivos financeiros não derivativos	31/12/14	Fluxo Contratual	Vencimentos das obrigações	
			1 a 2 anos	2 a 5 anos
Debêntures	24.294	27.696	18.720	8.976
Notas promissórias	<u>19.892</u>	<u>22.498</u>	<u>22.498</u>	<u>-</u>
Total	<u>44.186</u>	<u>50.194</u>	<u>41.218</u>	<u>8.976</u>

(b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

Debêntures: O valor justo das debentures em 31 de dezembro de 2014 é de R\$24.969.

Notas promissórias: devido às características específicas do contrato, que reflete taxas de mercado atuais, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

27. Benefícios a empregados

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde, odontológico e seguro de vida em grupo.

Previdência complementar - Forluz

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com o objetivo de propiciar aos seus participantes e respectivos dependentes uma renda de suplementação de aposentadoria e pensão.

O plano previdenciário, co-patrocinado pela Companhia, denominado “PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PLANO B”, é composto por benefícios como: (i) Melhoria de Aposentadoria por

Tempo de Serviço, Especial ou por Idade - MAT, (ii) Melhoria de Aposentadoria por Invalidez - MAI, (iii) Abono Anual - AA, (iv) Renda Continuada por Morte - RCM e (v) Auxílio Reclusão - AR.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominiais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Assistência médica - Cemig Saúde

A Companhia é co-patrocinadora dos planos de saúde e odontológico dos seus empregados, os quais são administrados pela Cemig Saúde.

Os valores das contribuições aos planos previdenciário, de saúde e odontológico são determinados anualmente, pelos montantes considerados suficientes à cobertura das respectivas despesas previstas em cada exercício, conforme avaliação realizada por atuário independente contratado para esta finalidade. Os três planos são de adesão facultativa para o empregado e as contribuições das patrocinadoras ocorrem de forma paritária a dos participantes.

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o ativo/passivo atuarial líquido e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde e plano de assistência odontológica, de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2014.

A conciliação dos ativos e passivos atuariais pode ser assim demonstrada:

	<u>Forluz</u>	<u>Cemig Saúde</u>	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pro Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico - POD
31 de dezembro de 2013			
Valor justo dos ativos do plano	1.685	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	<u>(1.685)</u>	<u>(588)</u>	<u>(27)</u>
Valor presente das obrigações (total)	(1.383)	(588)	(27)
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo	<u>(302)</u>	-	-
Ativo (passivo) atuarial líquido reconhecido	<u>== -</u>	<u>(588)</u>	<u>(27)</u>

	<u>Forluz</u>	<u>Cemig Saúde</u>	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pro Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico - POD
31 de dezembro de 2014			
Valor justo dos ativos do plano	2.308	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	<u>(2.308)</u>	<u>(962)</u>	<u>(49)</u>
Valor presente das obrigações (total)	(2.186)	(962)	(49)
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo	<u>(122)</u>	-	-
Ativo (passivo) atuarial líquido reconhecido	<u>== -</u>	<u>(962)</u>	<u>(49)</u>

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício podem ser assim demonstradas:

<u>Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B</u>	<u>Plano de Saúde - PSI</u>	<u>Plano Odontológico - POD</u>
--	-------------------------------------	---

Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2013	(1.383)	(588)	(27)
Custo do serviço corrente	(106)	(68)	(4)
Juros sobre a obrigação atuarial	(184)	(78)	(3)
(Perdas) Ganhos atuariais reconhecidos	(540)	(234)	(15)
Benefícios pagos	27	6	-
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2014	(2.186)	(962)	(49)

As mudanças no valor justo dos ativos do plano de benefícios previdenciários podem ser assim demonstradas:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	1.685
Retorno real dos investimentos	615
Contribuições do Empregador	35
Benefícios pagos	(27)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2014	2.308

A despesa anual dos planos pode ser assim demonstrada:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	Total
Custo do serviço corrente	(106)	(68)	(4)	(178)
Juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefício definido	3	(78)	(3)	(78)
Despesa reconhecida na demonstração do resultado	(103)	(146)	(7)	(256)

A movimentação do ativo (passivo) atuarial líquido pode ser assim demonstrada:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	Total
Ativo (Passivo) atuarial líquido em 31 de dezembro de 2013	-	(588)	(27)	(615)
(Despesa) Receita reconhecida no resultado	(103)	(146)	(7)	(256)
Ganho (perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	(151)	(234)	(15)	(400)
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo	219	-	-	219
Contribuições pagas	35	6	-	41
Ativo (passivo) atuarial líquido em 31 de dezembro de 2014	-	(962)	(49)	(1.011)

Premissas atuariais utilizadas

As premissas utilizadas pelo atuário independente na determinação dos cálculos atuariais são demonstradas a seguir:

	Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B		Pró Saúde Integrado - PSI		Plano odontológico - POD	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	12,00%	13,39%	12,02%	13,39%	12,02%	13,39%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	12,00%	13,39%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,50%	8,63%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	6,50%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	5,50%	6,50%	5,50%	6,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,50%	6,50%	5,50%	6,50%	5,50%	6,50%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000M, suavizada em 10% Light	AT-2000 básica Light	AT-2000M, suavizada em 10% Light	AT-2000 básica Light	AT-2000M, suavizada em 10% Light	AT-2000 básica Light
Tábua biométrica de entrada em invalidez	fracas	médias	fracas	médias	fracas	médias
Taxa de rotatividade esperada	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)

(a) 100% na primeira idade em que atingir o direito ao benefício pleno

28. Obrigações contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos de compartilhamento de infraestrutura e aluguel de fibra apagada, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Compartilhamento de infraestrutura	3.282	2.072	1.876	1.586	896	619	10.331
Aluguel de fibra apagada	4.165	4.165	2.853	1.941	1.323	3.278	17.725
Empréstimos e financiamentos	32.204	9.014	8.315	661	-	-	50.194
Total	39.651	15.251	13.044	4.188	2.219	3.897	78.250

29. Seguros

A Companhia realizou reavaliação dos riscos envolvendo os ativos de telecomunicações da companhia, bem como a probabilidade de interrupção de suas operações diante de potenciais de sinistros. Tal estudo demonstrou que a probabilidade de ocorrência de sinistros simultâneos e em larga escala que pudessem representar relevantes prejuízos financeiros e operacionais à Companhia é significativamente remota, devido, sobretudo, à diversidade de distribuição geográfica dos ativos expostos a riscos. Por este motivo, a administração da Companhia optou, neste momento, por não contratar seguros visando à cobertura de sinistros envolvendo seu Centro de Operações e *Headends*, bem como outros eventos que poderiam afetar seus equipamentos de rede, cabos, e demais bens do seu ativo imobilizado. Desde o início das suas operações e até o momento, a Companhia não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

As premissas de avaliação de riscos adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.
